



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE RIQUEZA**

**CONVÊNIO Nº 001/2016**, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIQUEZA, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAIBI, ESTADO DE SANTA CATARINA.

**O MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua João Mari, 55, Centro, Município de Riqueza, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, representado neste ato pelo Senhor MANFRIED RUTZEN, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 13R/1.658.176-SSP/SC, adiante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAIBI – APAE**, entidade assistencial sem fins lucrativos, com sede à Rua Salgado Filho, nº 774, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 80.637.333/0001-65, representada neste ato por seu Presidente, Senhor **JOÃO HENRIQUE DEMARTINI**, brasileiro, casado, inscrita no CPF nº 727.864.859-91, domiciliado na Avenida Pátria, 591, Centro de Caibi - SC, adiante denominada **ENTIDADE**, celebram o presente convênio, amparado pela **Lei Municipal nº 0717 de 23/12/2015** e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** = O objeto do presente convênio visa repassar recursos financeiros à título de subvenção social, para aplicação na manutenção das atividades inerentes ao atendimento dos deficientes do Município de Riqueza, atendidos na ENTIDADE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS** = O **MUNICÍPIO** repassará à **ENTIDADE** o montante de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois mil reais), em oito parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 2.750,00 (Dois mil, e Setecentos e Cinquenta Reais) cada uma, sendo a primeira no dia 10 de Abril de 2016, e a última no dia 10 de Novembro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**  
As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 07.01 – FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL

Classificação Funcional: 08.244.0007.2.008 – Manutenção Depto de Assistência Social

Natureza da Despesa: 3.3.50.43.02.00 – Transferência à Instituição Privada sem fins lucrativos - R\$ 22.000,00

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**  
O **MUNICÍPIO** obriga-se a:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE RIQUEZA**

---

- I – repassar os recursos financeiros mencionados na Cláusula Segunda, até as datas limites;
- II – fiscalizar a aplicação dos recursos, incumbindo para isto o setor competente;
- III – examinar os documentos da prestação de contas;
- IV – prestar orientações no que for solicitado quanto à fiel aplicação dos recursos;
- V – acompanhar as atividades gerais decorrentes deste convênio.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE =**

A **ENTIDADE** obriga-se a:

- I – executar diretamente o objeto deste convênio, podendo utilizar os recursos para manutenção de suas atividades inclusive pagamento de pessoal;
- II – abrir conta bancária especial, para movimentação destes recursos;
- III – contabilizar os recursos em sua receita regulamentar;
- IV – prestar as informações que forem solicitadas pelo **MUNICÍPIO**, que tenham relação com a execução deste convênio;
- V – assumir toda e qualquer obrigação e questionamento concorrente à previdência social e legislação trabalhista;
- VI – publicar no que couber, a participação do **MUNICÍPIO**, nas atividades decorrentes deste convênio;
- VII – Comunicar ao **MUNICÍPIO** as alterações do número de deficientes que se verificarem.
- VIII – Prestar Contas dos recursos recebidos no prazo de sessenta dias, sob pena da não liberação da parcela próxima pelo **MUNICÍPIO**.

**CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS = A**

prestação de contas dos recursos recebidos pela **ENTIDADE** deverá ser apresentada ao **MUNICÍPIO** em uma via constituída dos documentos fiscais originais, instruída dos seguintes documentos:

- I - Ofício dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, encaminhando a prestação de contas;
- II – Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiaria e pelo tesoureiro;
- III – Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- IV – Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhete de passagem, guia de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- V - Declaração firmada pelo ordenador da despesa, na unidade recebedora atestando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE RIQUEZA**

---

VI - Comprovante de Pagamento tais como, ordem bancaria ou transferência bancaria, vedado saque direto na conta pela entidade.

VII – Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado, em conformidade com as especificações nele consignadas.

VIII – Parecer do Conselho Fiscal quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA** = O presente instrumento passa a vigorar a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado a critério das partes.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO** = O **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE** poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio, se ocorrer qualquer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que tornem material ou formalmente inexecutável, resguardada sempre o interesse público e a conveniência administrativa.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO** = As partes convenientes elegem o Foro da Comarca de Mondai, para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir com a execução deste convênio, renunciando qualquer outro Foro por mais privilegiado que seja.


E, por estarem assim acordados firmam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo.


Prefeitura Municipal de Riqueza, 11 de Março de 2016.

  
MANFRIED RUTZEN  
PREFEITO MUNICIPAL

  
JOÃO HENRIQUE DEMARTINI  
ENTIDADE

Testemunhas:

  
Rogerio Oliveira de Mello  
CPF: 659.459.309-97

  
Juliano Luiz Bortolanza  
CPF: 526.663.109-06